

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Imparcial / MA Class.: Kaiapó Menkragnoti
 Data: 02/11/92 Pg.: 3 118

Ministro do Meio Ambiente não interfere nas áreas indígenas

Belém — O ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge, disse em Belém que não pretende interferir na demarcação da reserva indígena Menkragnoti, no Sul do Pará. O trabalho deverá ser concluído esta semana pela Fundação Mata Virgem, em convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Coutinho Jorge disse que a questão é específica e deve ser tratada pelo Ministério da Justiça e que o seu Ministério trata apenas da questão relacionada com os recursos naturais nas reservas indígenas.

A reserva Menkragnoti tem 4,9 milhões de hectares e vai unir outras três grandes reservas, a dos Kaiapó, no Pará, a Jarina, e o Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso. Terá 11,3 milhões de hectares, a maior reserva indígena do país. A reserva Ianomami tem 9,4 milhões de hectares. O governador do Pará, Jáder Barbalho (PMDB) questiona a criação da Menkragnoti.

Fernando Coutinho negou ter defendido uma revisão da área da reserva Ianomami, mas ressaltou que

pretende trabalhar com o Ministério da Justiça e outros órgãos numa ação conjunta quanto à exploração de recursos nas reservas. O ministro fez ontem sua primeira visita ao Pará, depois de assumir a pasta do Meio Ambiente e liberou Cr\$ 948 milhões para o IEEEE, um projeto de gerenciamento costeiro do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp). Ele assinou convênio com a Secretaria de Meio Ambiente para a liberação de cr\$ 270 milhões para o programa de controle de queimadas no Estado.

Organizações ambientalistas acusam os governos de boicote junto ao Mercosul

Campo Grande — “Depois da Rio-92, os governos estaduais estão querendo descartar as Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas do processo de arrecadação de recursos para a participação no Mercosul”. A denúncia foi feita em Campo Grande (MS), pelo engenheiro-agrônomo Geraldo Deffune, do Instituto Gaia do Brasil, durante II Encontro do Grupo Yguazu, que reúne ONGs dos cinco países que formam a Bacia Platina. Segundo ele, os governos não querem que as ONGs elaborem estudos de impacto ambiental e de projetos-piloto de desenvolvimento sustentado.

Geraldo Deffune disse que os governos estão utilizando o que chama de “estratégia do esvaziamento” das entidades ambientalistas. E cita como exemplo o governo do Paraná, que convidou todas as ONGs do Estado para a organização da Eco-Sul,

com vistas à Rio-92, onde apresentou até um programa que previa recursos do Banco Mundial, mas até hoje não repassou nenhum centavo para a implantação do projeto. Segundo Geraldo Deffune, as ONGs estão perdendo a maioria de seus técnicos capacitados para o mercado internacional por falta de dinheiro para mantê-los.

Para o representante do Instituto Internacional de Desenvolvimento e Ambiente, Carlos Daniel Silva, da Argentina, “o Mercosul não está incorporando o processo ambiental ao processo de desenvolvimento. O importante é promover, não qualquer tipo de integração, mas um projeto de desenvolvimento sustentado. A integração tem de ser vista como um ferramental e não como um fim. O fim é o desenvolvimento sustentado”.

As ONGs dos países da Bacia Platina concordam que o Mercosul é

uma estratégia importante para o desenvolvimento e a competitividade do Cone Sul frente aos modelos similares do hemisfério Norte. Para eles, entretanto, é preciso que seja criada uma política que contemple a ecologia e não coloque os participantes em condições de desigualdade.

Carlos Daniel salienta a necessidade de uma legislação ambiental comum para os países do Mercosul, como existe na Argentina. “Não pode haver preços competitivos se um país tem que incorporar os custos ambientais no produto e outros não”, disse.

O Grupo Yguazu elaborou um documento a ser enviado a todos os governos dos países do Mercosul reivindicando uma maior participação das ONGs em todo o processo de discussão, elaboração e execução do projeto da hidrovía Paraguai-Paraná.